



Monitoramento do uso dos
INDICADORES DA QUALIDADE
NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Resumo Executivo

APRESENTAÇÃO

A divulgação do estudo *Monitoramento do Uso dos Indicadores da Qualidade na Educação Infantil* visa contribuir com as Secretarias Municipais de Educação no aprimoramento de ações que possam identificar a qualidade das condições e do trabalho realizado nos estabelecimentos educacionais e aportar elementos para sua melhor qualificação.

Um dos eixos norteadores da elaboração desse estudo refere-se à participação. Esse eixo envolveu diversas entidades na formulação da proposta de autoavaliação da qualidade de creches e pré-escolas. Também foi criado grupo interinstitucional para o acompanhamento e validação das etapas de realização da pesquisa. Todas as Secretarias Municipais de Educação, bem como a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME), as universidades e os fóruns de educação infantil foram convidados a participar da consulta sobre a utilização dos *Indicadores*.

O presente trabalho constitui-se, ainda, de um mapeamento nacional sobre o modo como os *Indicadores* foram apropriados em muitos municípios brasileiros, apontando, dentre outras tendências, para uma significativa adesão e grande diversidade de usos.

Pretende-se que a disseminação dessas informações evidencie - sobretudo para os gestores municipais da Educação - não apenas a importância da avaliação e autoavaliação das instituições educativas, mas também o uso dos **Indicadores** como instrumento de apoio à gestão da



política de educação infantil, à mobilização de educadores, pesquisadores, lideranças locais e famílias e à implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

Dessa forma, é com satisfação que o Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Básica, a Ação Educativa, o UNICEF e todos os parceiros e colaboradores apresentam estes conhecimentos, esperando que sirvam de referência para a construção e viabilização das transformações historicamente desejadas no campo da Educação Infantil.

Romeu Weliton Caputo
Secretário de Educação Básica

Gary Stahl
Representante do UNICEF no Brasil

Maria Malta Campos
Presidente da Ação Educativa

MONITORAMENTO DOS INDICADORES DA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Esta pequena publicação trata dos resultados obtidos no monitoramento da disseminação e do uso dos *Indicadores da Qualidade na Educação Infantil*.

Os *Indicadores* foram elaborados em 2008, em parceria estabelecida entre o Ministério da Educação (MEC), a Ação Educativa, a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e a Fundação Orsa. Também participou da elaboração um grupo de trabalho integrado por pesquisadores, gestores, educadores e ativistas do Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil (Mieib).

Os *Indicadores* se constituem numa proposta de autoavaliação dos estabelecimentos educacionais, que estabelece critérios para análise do trabalho realizado em creches e pré-escolas. São sete dimensões de qualidade para análise: planejamento institucional, multiplicidade de experiências e linguagens, interações, promoção da saúde, espaços, materiais e mobiliários, formação e condições de trabalho das professoras e demais profissionais, cooperação e troca com as famílias e participação na rede de proteção social. Há ainda sugestão de procedimentos para a organização e condução da autoavaliação.

No ano de 2011, o MEC, o Unicef, a Undime, a Ação Educativa e o Instituto Avisa Lá coordenaram o monitoramento do uso dos *Indicadores*. Mais uma vez, um grupo de trabalho foi criado para apoiar essas ações. Fizeram parte desse grupo pesquisadoras de universidades públicas e representantes do Mieib, além de representantes das instituições coordenadoras.



Buscou-se contemplar a expectativa do MEC/SEB e de outros parceiros de que a experiência dos *Indicadores* subsidie o processo de discussão e formulação de uma sistemática nacional de avaliação da Educação Infantil, integrada à Política Nacional de Avaliação da Educação Básica, assim como contribua com equipes dirigentes de Secretarias Municipais de Educação a balizar suas ações, podendo vir a se constituir em um passo inicial para a definição de uma sistemática municipal de avaliação da Educação Infantil.

O CONTEXTO

A Educação Infantil, dever do Estado, carrega as tensões decorrentes de sua trajetória histórica, oscilando entre o cuidar e o educar; entre ser reivindicada como um direito das crianças e um direito das famílias, mais precisamente das mulheres trabalhadoras; pressionada pelas demandas de sucesso escolar das crianças no Ensino Fundamental e pelas dificuldades de equacionamento de expansão da oferta e do financiamento da Educação Básica.

Caracterizada nacionalmente por “atendimento pobre para as crianças pobres”, a maior precariedade se concentra na oferta para a faixa etária de 0 a 3 anos e é, contraditoriamente, nesse segmento da Educação Infantil que se identifica significativo aumento do número total de matrículas nos últimos anos: 79,1% entre 2002 e 2010. Ao mesmo tempo, registra-se o decréscimo de matrículas na Pré-Escola, o que se pode explicar pela inclusão das crianças de 6 anos no Ensino Fundamental. Ainda, é na Educação Infantil que se encontra a maior participação da rede privada entre as etapas da Educação Básica.



Além do desafio da ampliação do atendimento e da melhoria das condições de funcionamento de boa parte das instituições, tem-se também o desafio da qualificação de professores: a graduação, em nível superior, dos professores que atuam na Educação Infantil, é menor que nas demais etapas da escolarização básica.

As taxas de matrícula, a qualidade dos espaços físicos, dos equipamentos, dos materiais e brinquedos e a formação de professores são dimensões elementares para o debate da qualidade na/da Educação Infantil. No entanto sabe-se que os contextos de realização do trabalho são igualmente decisivos, pois neles se expressam e são vivenciadas desigualdades de variadas naturezas. Sobre as possibilidades de identificação dos desafios em cada unidade educacional, destaca-se a proposta de avaliação da qualidade nos *Indicadores da Qualidade na Educação Infantil*.

A AVALIAÇÃO EDUCACIONAL

Desde o início dos anos 1990, tem se disseminado e prevalecido, como mecanismo de aferição da qualidade da Educação, a avaliação de desempenho dos alunos por meio de testes padronizados. É inegável que essa modalidade avaliativa tem trazido importantes pistas para as políticas públicas, porém suas limitações – como a impossibilidade de apreender a diversidade das escolas e dos sistemas de ensino e a dificuldade de identificação de fatores associados ao desempenho escolar – têm impulsionado algumas redes de ensino público a buscar outras formulações. Dentre elas, vem despontando timidamente a perspectiva da Avaliação Institucional. Trata-se de um conjunto de procedimentos e mecanismos que combinam informações de diversas fontes: avaliações externas, dados estatísticos, avaliações internas, autoavaliações e informações de contexto. É na vertente “autoavaliação” que se inserem as contribuições dos *Indicadores da Qualidade na Educação Infantil*. Eles organizam uma proposta que visa possibilitar a coleta e análise de informações e percepções de toda a comunidade sobre as concepções e práticas em cada unidade de ensino.



O debate acerca da avaliação na/da Educação Infantil no Brasil vem sendo impulsionado pelas avaliações nas demais etapas da escolarização básica, pelas formulações acadêmicas e pelas experiências no Brasil e em outros países.

No sentido de contribuir para a elaboração de um referencial que se ancore também nas experiências em andamento, o monitoramento do uso dos *Indicadores da Qualidade na Educação Infantil* foi organizado, visando trazer aportes para a construção de uma avaliação mais relevante para as escolas e mais efetiva na direção da indução da qualidade desejada.

O USO DOS INDICADORES



O monitoramento consistiu num estudo exploratório, que visou uma aproximação com os públicos destinatários dos **Indicadores**. Participaram da consulta 2.471 Secretarias Municipais de Educação e 7.273 profissionais de estabelecimentos educacionais, além de outros 346 respondentes de diversas instituições, como Conselhos de Educação e Fóruns de Educação Infantil. Destaca-se que a consulta atingiu, entre todos os públicos, 53,5% dos municípios brasileiros.



A utilização da proposta dos Indicadores apresentou-se bastante variada para todos os públicos que responderam à consulta, denotando seu potencial de desdobramentos como instrumento que pode pautar o debate da qualidade do trabalho cotidiano na Educação Infantil. Constatou-se o uso dos *Indicadores* na avaliação, no planejamento e na formação de diferentes públicos. Pode-se dizer que essa mesma flexibilidade no uso sugere a ausência de instrumentos e mecanismos de avaliação e de formação na Educação Infantil.



Os tipos de utilização declarados pelos dirigentes municipais de Educação trazem pistas para a política pública e para a continuidade do estudo sobre a disseminação e utilização dos Indicadores. Registrou-se a declaração de uso para diversas intervenções. Da avaliação externa à formação de professores e técnicos das Secretarias, a proposta dos **Indicadores** permitiu organizar ações que, ao que parece, foram adequadas ou necessárias às redes de ensino. Embora se tenham registrado usos dos **Indicadores** para a realização de avaliação externa, essa modalidade não se apresentou predominante. Ainda assim, é um dos usos destacados e que merece maior investigação, seja para

compreender como se dá essa adaptação, seja para subsidiar eventuais complementações à proposta.

Embora se tenham verificado diferentes ações visando ao planejamento, decorrentes do uso dos *Indicadores*, sua maior utilização concentra-se, segundo os respondentes, no diagnóstico das redes. Essa concentração se justifica por ser esta a primeira etapa do planejamento e pela indução do próprio material, uma vez que seu objetivo é a autoavaliação. Ainda a proposta dos *Indicadores* sugere o desdobramento da autoavaliação em elaboração de plano de ação, o que parece ter conduzido ao Projeto Pedagógico das Secretarias e dos Estabelecimentos de Ensino.

É de se destacar o fato de que a maior concentração de respondentes de Secretarias Municipais de Educação está em municípios de pequeno porte, o que pode indicar a necessidade para esses municípios de apoio direto ou de políticas orientadoras para suas práticas.

A possível articulação entre a autoavaliação e a avaliação de redes ou sistemas de ensino tem sido experimentada nas políticas públicas estaduais e municipais como um motor de mobilização das escolas e das comunidades para a melhoria da qualidade da Educação pública. Trata-se, pois, de avaliar a qualidade da Educação, por meio de mecanismos de gestão democrática.

AS RECOMENDAÇÕES

Os dados até aqui levantados permitiram elencar algumas recomendações para as políticas públicas, que possam induzir as diferentes esferas de gestão e execução à busca pela qualidade negociada e incidir sobre as práticas. Essas recomendações visam complementar e fortalecer os esforços do Brasil para garantir o direito à educação dentre os direitos da infância.

Ter como referência os Indicadores e os resultados de seu monitoramento na definição de uma política de Avaliação da Educação Infantil – a avaliação da Educação Infantil é uma meta prevista no novo Plano Nacional de Educação, em tramitação no Congresso Nacional. Considerando todo o potencial da proposta dos *Indicadores*, apontada pelo monitoramento, recomenda-se sua adoção pela política de avaliação da Educação Infantil, em construção pelo governo federal. A adoção dessa perspectiva significa fortalecer uma concepção de avaliação focada na autoavaliação participativa dos estabelecimentos educacionais em articulação com as demais estratégias de avaliação da Educação Básica, tendo em conta as especificidades da Educação Infantil.

Elaborar estratégias de avaliação da gestão da Educação Infantil – visando contemplar mais amplamente o contexto e as condições adequadas para a garantia de um atendimento da Educação Infantil com qualidade, recomenda-se a elaboração de um conjunto de indicadores de gestão educacional, destinado às Secretarias de Educação, que venha a ser utilizado de forma articulada ao material já existente.

Associar mecanismos de apoio técnico financeiro do MEC no enfrentamento das dimensões avaliadas como inadequadas, a partir da

reunião das informações coletadas em cada estabelecimento educacional por meio de filtros de gestão municipal e estadual.

Investir mais e com urgência no envolvimento das Secretarias Municipais de Educação na implementação da proposta dos Indicadores – visando à maior adesão e ao uso mais abrangente do material pelos estabelecimentos educacionais de modo articulado às possibilidades de avaliação das políticas públicas da Educação Infantil.

Divulgar amplamente a concepção de autoavaliação, presente nos Indicadores para outros públicos de interesse – visando ampliar as possibilidades de utilização e divulgar mais amplamente padrões de qualidade. Dentre os públicos de interesse, estão conselheiros de educação, conselheiros tutelares, docentes universitários e pesquisadores, ativistas dos campos do direito à infância, do direito à educação, do direito das mulheres.

Incorporar, ao Selo UNICEF, as dimensões e os critérios de avaliação propostos nos Indicadores – visando reforçar o potencial de sua utilização e divulgar padrões de qualidade na Educação Infantil.

Ampliar os estudos que permitam aprofundar o conhecimento sobre os diferentes usos dos Indicadores apontados neste Relatório – aprofundar as reflexões sobre as possibilidades, as aprendizagens, os obstáculos e os desafios decorrentes de tal aplicação, visando recolher, nas práticas vigentes, indicações que apoiem a proposição de políticas públicas.

A decisão pela avaliação do trabalho realizado é uma demanda do próprio trabalho e estratégia prevista no Plano Nacional de Educação



2011-2020 (Meta 1, Estratégia 3), que ainda encontra-se em tramitação no Congresso Nacional. Assim, o envolvimento dos Dirigentes Municipais de Educação numa política de avaliação institucional da rede de Educação Infantil é fundamental.

A perspectiva que se coloca na modalidade de avaliação sugerida pela proposta dos *Indicadores* é a do olhar responsável das escolas sobre o seu fazer. Essa modalidade avaliativa é uma novidade para as escolas.

As avaliações podem e devem permitir que as pessoas se apropriem das condições objetivas de desenvolvimento de seu trabalho, das informações produzidas que sustentem a tomada de decisão participativa e educadora.



COORDENAÇÃO NACIONAL

Rita de Cássia de Freitas Coelho

**Coordenação-Geral da Educação Infantil/Secretaria da Educação Básica/
Ministério da Educação**

Maria de Saete Silva e Júlia Ribeiro

Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef)

Vera Ribeiro Masagão

Ação Educativa

Maria Cecília A. da Motta

União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação (Undime)

Sílvia Pereira de Carvalho

Instituto Avisa Lá

COORDENAÇÃO EXECUTIVA

Vera Ribeiro Masagão e Denise Carreira

Ação Educativa – Coordenação Geral

Valéria Virgínia Lopes

Coordenação do Projeto

Cláudia Oliveira Pimenta

Pesquisadora

Maria Helena de Aguiar Bravo e Luis Felipe Soares Serrão

Assistentes de Pesquisa

CONSULTORIA

Sandra Maria Zákia Lian Sousa

Vanda Mendes Ribeiro

INFORMAÇÕES

Ministério da Educação - <http://portal.mec.gov.br>

Unicef - <http://www.unicef.org.br/>

Ação Educativa - <http://www.acaoeducativa.org/>

Undime - <http://undime.org.br/>

Instituto Avisa Lá - <http://www.avisala.org.br/>

Download dos Indicadores da Qualidade na Educação

<http://www.acaoeducativa.org.br/indiq/>

DIAGRAMAÇÃO E ILUSTRAÇÕES

Virgínia Soares

Diagramação

Ralph Gehre

Ilustrações (Produzidas originalmente para a Publicação “Indicadores da Qualidade na Educação Infantil” – Ministério da Educação – Secretaria de Educação Básica)

CONTATO

Ação Educativa

Rua General Jardim 660 - Vila Buarque

Cep: 01223-010 - São Paulo - SP

+55 11 3151-2333

indicadores@acaoeducativa.org

instituto
avisa lá
Formação Continuada de Educadores

unicef 


UNDIME
União Nacional dos Dirigentes
Municipais de Educação

 **ação**
educativa

Ministério da
Educação